

ESCRAVIDÃO NEGRA NOS INVENTÁRIOS *POST MORTEM*

Eleonora Félix da Silva

PPGH/UFCG

eleonora.felix@hotmail.com

Orient.: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima

PPGH/UFCG

O tema sobre o uso das fontes para a pesquisa histórica – proposta para este evento – é “vasto e complexo.” Isto se agrava quando nos propomos a estudar homens e mulheres escravizados no Brasil e que “não sabiam ler nem escrever e não há fontes textuais produzidas diretamente por eles”. Preocupada com esta questão, a historiadora Sílvia Lara¹ afirma que diante desta situação cabe ao historiador “inventar suas fontes”, ou seja, transformar documentos em fontes. Isto não é feito de forma aleatória, mas segundo o que “os historiadores querem saber sobre o passado”, ou seja, depende de uma problematização. Segundo a historiadora referida:

“Quando queremos saber coisas que não estão explicitamente registradas por eles, ou que não estão ligadas às motivações que deram origem aos escritos, temos que recorrer a estratégias para obter informações – inventar modos e retirar dados e obter respostas para nossas perguntas – e, portanto inventar fontes.”²

Ancorados nestas noções é que temos a preocupação com as fontes para o estudo sobre a população negra escravizada no contexto do Brasil imperial. Dada a ausência de textos produzidos pelos próprios escravos, sentimos a necessidade de analisar a postura do historiador frente à dificuldade de acesso à documentação sobre as pessoas escravizadas. Sobre este problema concordamos com o que Sílvia Lara argumentou sobre a invenção das fontes.

Acrescentamos ainda, baseados no historiador italiano Carlo Ginzburg, que sobre a população negra escravizada o que temos como possibilidade são indícios para a pesquisa. Assim, a nossa relação com as fontes é a de examiná-las no sentido de explorar os indícios das relações escravistas. A noção acerca de indícios para a pesquisa vincula-se ao historiador Carlo Ginzburg ao defender o uso do paradigma indiciário nas ciências humanas. Segundo o autor, o paradigma indiciário consiste na interpretação dos fatos a partir de partes que os constituem. Ou melhor, interpreta os fatos com o auxílio de indícios ou sinais quase imperceptíveis.³ Conforme Carlo Ginzburg “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural,” porque analisa os componentes de uma sociedade baseados em indícios e sinais que permitem decifrar uma sociedade.

Os historiadores João José Reis e Eduardo Silva⁴ também preocupados com a problemática das fontes para conhecer a história dos negros escravizados, afirmam que “o historiador está condenado a trabalhar com as fontes que encontra e não com as desejam”.

Uma das possibilidades de indícios para a construção de uma história da escravidão negra, aqui por nós sugeridas são os inventários *post-mortem* enquanto “suportes para a produção do conhecimento histórico”. Estes documentos contêm importantes informações sobre uma sociedade de determinada época. Segundo Helder A. M. de Macedo⁵, “ao morrer um indivíduo, os seus bens tinham que ser repartidos entre os herdeiros; a função do inventário era a de arrolar, avaliar e partilhar os bens do(a) falecido(a) de forma legal perante a justiça pública.”

Encontramos uma descrição objetiva dos procedimentos para efetuação de um inventário no trabalho desenvolvido por Luciano Mendonça de Lima ao estudar a escravidão em Campina Grande-Pb⁶

“Quando da morte do proprietário, chamado de inventariado, o juiz de órfãos convocava o seu representante legal, chamado de inventariante, geralmente um parente (viúvo, filho, pai, irmão. etc.) encarregado de prestar contas de todos os bens acumulados em vida pelo morto, sob pena de severas punições. “

Depois desta descrição do que seja um inventário não podemos esquecer que não basta ter acesso aos inventários *post mortem*, é preciso “inventá-los” enquanto fontes para o estudo do tema proposto. Nesta perspectiva, chamamos a atenção para o fato de que a relação do historiador com suas fontes é tensa, pois o historiador não encontra os fatos que lhe interessa prontos nelas. O que o historiador faz é dar sentidos ao que encontra e isto não é aleatório, se dar a partir de uma problematização que possibilita enfatizar a história dos escravos.

Neste sentido sentimos tomamos como recorte temático o estudo da escravidão negra na cidade de Areia-Pb, tendo como recorte cronológico para a pesquisa o contexto da segunda metade do séc. XIX.

Muito já se escreveu sobre a cidade de Areia. O seu desenvolvimento urbano, sua crescente economia, seus filhos ilustres, sua efervescência cultural e até seu abolicionismo. Todos estes fatos do século XIX perpassam páginas na historiografia paraibana. Podemos lembrar alguns destes trabalhos.

Em 1998 foi publicado o livro *Uma História de Areia*, produzido pelos professores da Universidade Federal da Paraíba. ⁷ É um trabalho com nítidas intenções didáticas que versa sobre as origens, as lutas populares e libertárias, a economia, as disputas políticas e manifestações culturais ocorridas em Areia. Chama a nossa atenção especialmente o capítulo: “Escravos: A luta pela liberdade”, no qual se destaca o movimento abolicionista, a antecipação à Lei Áurea e cita-se o processo de manumissão através das alforrias e de fugas de escravos como processos que contribuíram para o fim da escravidão em Areia.

No livro *O patrimônio ambiental urbano de Areia: proposições de preservação e revitalização*, os arquitetos que o escreveram fazem uma análise do patrimônio arquitetônico existente em Areia como testemunho do desenvolvimento do seu núcleo urbano verificado desde o XIX. ⁸ Os autores destacam como o espaço físico das ruas, casas e casarões precisam ser preservados para guardar a memória daquele processo histórico.

O historiador paraibano José Octávio de Arruda Mello não deixou de registrar como foi expressivo em Areia o movimento abolicionista liderado por Manoel da Silva. O autor faz esta consideração em *História da Paraíba: lutas e resistências*, quando trata do processo de abolição da escravatura na Paraíba. Segundo o autor, o fim da escravidão se deu no contexto de uma crise econômica e não num contexto de desenvolvimento econômico. ⁹

Ao estudar a decadência da escravidão na Paraíba, Diana Soares de Galliza enfatiza os fatores econômicos que influenciaram o decréscimo do número de cativos entre os anos de 1850 e 1888. Diana Galliza mostra que o movimento antiescravista na Paraíba teve destaque na cidade de Areia. Segundo Diana Galliza, não foi a ação de indivíduos isolados que fizeram a abolição, no entanto ela não enfatiza a atuação dos próprios escravos contra a escravidão. ¹⁰

Publicado em 1976, *Paraíba em preto e branco*, livro de Waldice Porto estuda a utilização do trabalho escravo na Paraíba. Ao se referir a abolição da escravidão negra a ela considera uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram no Brasil levando a desintegração gradual do regime escravista. Assim como os autores já citados ela aborda o abolicionismo verificado em Areia, sobretudo a atuação de Manuel da Silva.

O processo de abolição da escravatura em Areia foi focalizado por Elpídio de Almeida. Mas no seu livro o personagem principal é Manoel da Silva e sua ação pelo fim da escravidão em Areia. Intitulado *Areia e a abolição da escravatura: o apostolado de Manuel da Silva* é uma obra em que a história dos homens e mulheres escravizados é eclipsada, o destaque é para o Manuel da Silva.¹¹

Entretanto, o livro clássico sobre a história de Areia é de autoria de Horácio de Almeida. Chama-se *Brejo de Areia: memórias de um município* e tem se constituído como referência principal quando se trata dos tempos mais remotos de Areia. Em “Brejo de Areia”¹² a história local é escrita desde a ocupação do território em que está localizada até o século XX, por um historiador empenhado no conhecimento sobre sua cidade e construindo para Areia uma identidade de grandiosidade.

Esta obra de Horácio de Almeida constitui-se numa rica fonte de informação sobre a história econômica, social, política e cultural, com predomínio dos aspectos políticos ou dos “grandes eventos” e “grandes homens” narrados por ele.

Na narrativa de Horácio de Almeida há destaque para o desenvolvimento urbano, comercial e cultural de Areia, chamando-a de “minúscula capital”. Semelhante às obras supracitadas ele destaca o abolicionismo Manoel da Silva e o fato de em Areia a abolição ter ocorrida em 03 de maio de 1888.

Nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba podemos identificar vários artigos cujo tema é a cidade de Areia. Entre eles o artigo “Areia, cidade eterna”, produzido por Aurélio de Albuquerque.¹³ Areia, a cidade, torna-se eterna para o autor, pelos políticos areienses que se destacaram na política paraibana, pelos bens arquitetônicos, como o banheiro público “O Quebra” e os casarões da zona urbana. Eterna pelo “movimento memorável” de Manoel da Silva, pelo latinista Joaquim da Silva, entre outros homens de destaque e por algumas manifestações artísticas.

Vemos uma tendência comum nos trabalhos analisados que tematizam Areia. Primeiro, é seu espaço urbano que é abordado. Segundo, é uma história de Areia protagonizada por algumas pessoas ou por alguns homens da elite. Terceiro, o destaque ao movimento abolicionista. Esta é uma questão importante para relacionar com nossa pesquisa.

No tocante ao processo de abolição da escravidão na Paraíba dar-se ênfase ao abolicionismo em Areia. No entanto, há um silêncio quanto a história dos negros

escravizados enquanto parte importante do processo de abolição da escravidão em Areia. Poucos são os escritos sobre a pressão que os cativos desenvolveram para conseguir sua liberdade e como eles colaboraram efetivamente para minar o sistema escravista.

A abolição da escravidão em Areia foi narrada como um movimento de “cima pra baixo” protagonizado por indivíduos isolados. Os cativos não foram considerados sujeitos históricos. Quando se fala de resistência escrava mencionam-se as fugas em Areia, mas as outras múltiplas experiências dos escravizados e seus posicionamentos em favor de sua liberdade ainda não foram tematizadas.

Nosso trabalho pretende seguir um caminho diferente. Pretende pensar uma história da cidade de Areia a partir das relações escravistas que marcaram aquela sociedade oitocentista.

O município de Areia tinha em 1872¹⁴, segundo o recenseamento feito naquele ano, um total de 1.424 escravos. Analisando um conjunto de inventários *post mortem*¹⁵ podemos construir uma história desta gente que durante muito tempo foi relegada por uma historiografia que só privilegiava a ação das elites de Areia. Selecionamos - para efeito desta comunicação - 21 inventários, sendo 10 de homens e 11 de mulheres. Uma primeira questão que analisamos foi o concernente a posse da propriedade escrava. Entre os 21 inventariados verificamos que a maioria deles possuía entre 1 a 10 escravos. Daí podemos afirmar que existiam em Areia “pequenos escravistas”. Entre eles encontramos senhores de um só escravo, outros com apenas dois ou três escravos. Havia os que tinham 5, 6 ou 7 escravos. Apenas dois senhores tinham mais de 10 escravos. Foi o caso dos senhores D. Anna Joaquina Xavier de Aragão, cujo inventário foi feito em 1871. E anos depois no inventário de seu marido, feito em 1874 identificamos 11 escravos. Estes dados refletem o padrão da propriedade escrava em Areia, ou seja, a pequena posse de cativos.

Os senhores inventariados eram moradores da zona urbana e, sobretudo, da zona rural. Logo, a utilização de mão - de - obra escrava era utilizada nesses dois espaços. Observamos também que, Areia tinha seu espaço urbano atrelado ao mundo rural, ou seja, era um mundo citadino vinculado às necessidades do meio rural. Entre serras, rios, lagoas e riachões que perpassavam Areia estavam localidades como Várzea, Bujari, Olho d’água, São José, Gruta dos Cordeiros, Pacas, Paxinhos, Bondó, etc. Seus limites

geográficos e termos foram reelaborados constantemente. Além dessas, outras povoações compuseram a paisagem do antigo município de Areia, alguns não pertencem mais a sua jurisdição atualmente.

Os bens relacionados entre os “pequenos escravistas” nos remetem aos seus padrões de vida. Alguns deixavam casas, objetos, utensílios domésticos como tachos, talheres, crucifixos, etc. e principalmente partes de terras. Estes pareciam ser seus principais investimentos.

Lançando um olhar sobre os escravos - nosso principal foco - podemos verificar as origens étnicas das pessoas escravizadas que trabalhavam e viviam em Areia. Dos 104 escravos identificados nos inventários 8 eram pardos, 29 aparecem com a indicação de serem pretos, 12 eram cabras, 16 eram crioulos e em maior quantidade os mulatos. Estes foram contados em nº. de 17. Observamos a presença de 1 angola. Um escravo foi inventariado como caboclo e mais aparece identificado como negro.¹⁶

Verificamos nestes dados o que ocorria no Brasil imperial, ou seja, uma mestiçagem da população. Esta mestiçagem indica que essas pessoas nasceram no Brasil, não chegaram aqui através do tráfico atlântico com a África. Da mesma maneira podem ser indícios de reprodução natural da população escrava como uma forma de obtenção de mão-de-obra escrava.

Dos 104 escravos listados nas fontes abordadas, 59 eram do sexo masculino e 45 eram do sexo feminino. Dentre estas estatísticas contabilizamos as crianças, estas representavam para os senhores um bem e um investimento para a reprodução de mão – de – obra escrava, ou seja, uma forma de perpetuar o regime escravista.

Quando o inventariante solicitava a avaliação dos bens dos inventários na avaliação de seus bens semoventes – como estavam alocados os cativos – indicavam-se as profissões dos cativos.

Nos inventários consultados para as décadas de 1860 e 1870 não foram comuns às indicações das ocupações dos cativos, excetuando-se alguns casos como os escravos da falecida D. Luiza Francisca dos Santos, que morava em Sapucaia, termo de Areia. Um dos herdeiros solicitou as matrículas dos cativos inventariados. Nas quais constavam ser Mathias agricultor, Lourença agricultora, Manoel agricultor, Luis agricultor, Joaquina agricultora, Theresa agricultora, margarida agricultora, Fellipa agricultora, Joanna agricultora, Benedita agricultora, Luis agricultor.¹⁷

No inventário de D. Amélia Carolina da Franca Pessoa, falecida em 30 de janeiro de 1873, o viúvo inventariante e morador da cidade solicitou as matrículas dos escravos. Segundo a matrícula dos seu três escravos constava que a escrava Joaquina era lavadeira e Umbelina era engomadeira.¹⁸

Os inventários *post mortem* nos fornecem algumas informações sobre escravos que conquistaram a liberdade nas circunstâncias da morte dos falecidos senhores. Em 1865 o escravo Militão foi alforriado pelos herdeiros do inventariado Domingos José de Sá Alcoforado, “em atenção aos bons serviços” ao finado que morava em Varsia Nova, termo de Areia.¹⁹

Algumas vezes a prática da alforria de escravos era exercida pelos senhores através de seus testamentos. Para fazer o inventário de Francisco Xavier de Mello, em 1874, foi preciso levar em consideração suas “disposições testamentárias.” O testamento havia sido feito em 23 de dezembro de 1873 na cidade. No testamento ele declarou que mandou passar carta de liberdade ao escravo Roberto.²⁰

Dos escravos analisados, 51 tinham menos de 20 anos de idade; entre 21 e 40 anos foram 32 escravos; entre 41 e 70 anos foram 9. Podemos notar um reduzido número de cativos acima de 40 anos. Isto devido às péssimas condições de vida, o que também contribuiu para que pouquíssimos chegassem aos 60 anos de vida.

No contexto de vigência do sistema escravista os indivíduos submetidos ao cativeiro representavam uma posse, um bem para seu senhor. Era necessário dispor de algum recurso pecuniário para adquirir um cativo. Se nem todos possuíam escravos, muitos faziam questão de dispor de uma escravaria, ainda que em poucos números. As pessoas escravizadas eram partes consideráveis dos bens a serem inventariados, sendo um dos bens mais ambicionados pelos herdeiros. A pesquisa empírica a partir dos inventários *post mortem*, como possibilidade, nos permite conhecer valores dos escravos no contexto em que já havia ocorrido a extinção do tráfico transatlântico.²¹

De acordo a historiadora Kátia Mattoso,²² “o preço do escravo é um jogo de variáveis.” Na avaliação de um escravo contavam diversos fatores, tais como a faixa etária, a habilidade para o trabalho, etc. Analisamos que em Areia as crianças e os mais velhos apresentavam os menores valores, variando entre 50\$000 réis a 700\$000 réis. Os escravos que foram avaliados com maiores valores eram homens e mulheres jovens, por volta dos 20 à 30 anos de idade.

Podemos ilustrar com o exemplo do inventário de Ana Maria de Jesus, eito em 1871 e cujo inventariante foi o viúvo Manoel José da Silva. Na apresentação dos bens deixados os escravos foram assim avaliados²³:

ESCRAVOS	COR	IDADE	VALOR
Felix	Molato	22	1:200\$000
Anna	Molata	16	1:000\$000
Liberata	Molata	16	1:000\$000
Luis	Crioulo	41	700\$000
João	Crioulo	42	800\$000

Por fim, acreditamos que explorando os inventários *post mortem* podemos “inventá-los” como fonte histórica para a construção de uma história da população escrava em Areia. O que mostramos foram só alguns aspectos, outros mais podem ser problematizados, como o estudo da família escrava e sua partilha por ocasião da distribuição dos bens entre os herdeiros. Acreditamos que ao focar a história de vida dos escravos também contribuiremos para a construção de uma “história vista de baixo”, como já defendia o historiador inglês E. P. Thompson.²⁴

¹ LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17 – 35, dez. 2008.

² LARA, op. Cit. P. 19.

³ GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. IN: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. P. 43 a 179

⁴ Os autores apresentam uma análise sobre a dificuldade de acesso à fontes sobre a população escrava no Brasil. Ver SILVA, Eduardo e REIS, João José. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

⁵ MACEDO, Elder A. de M. Fontes judiciais do Seridó potiguar sobre a escravidão e suas possibilidades de pesquisa. Justiça e História. Vol. 4 – n.8, 2004. p.27 – 53.

⁶ Ver LIMA, Luciano Mendonça de. Cativos da “Rainha da Borborema”: uma História Social da Escravidão em Campina Grande – século XIX. Recife: UFPE, 2008. Tese de Doutorado.

⁷ Ver FIUZA, Alexandre Felipe. et ali. Uma História de Areia. João Pessoa: UFPB, 1998.

⁸ CAVALCANTI FILHO, Ivan e MOURA, Jose Eduardo de. O patrimônio ambiental urbano de Areia: preposições de preservação e revitalização. João Pessoa: Idéia, 2003.

⁹ MELLO, José O. de Arruda. História da Paraíba: lutas e resistências. João Pessoa: A União, 1994. p. 126 a 129.

¹⁰ GALLIZA, Diana Soares de. O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

¹¹ Ver ALMEIDA, Elpídio de. Areia e a abolição da escravatura: o apostolado de Manoel da Silva. Recife: Jornal do Comércio, 1946.

¹² Ver ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia: memórias de um município. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

¹³ Ver ALBUQUERQUE, Aurélio de. Areia, cidade eterna. IN: Revista do IHGP. Nº. 24. 1984. P. 51 - 60.

¹⁴ <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colectao_digital.php?titulo=Recenseamento%BF%20Geral%20do%Brasil%201872%20Imp%EF%BF\\$Drio%20do%20Brazil&link=Imperio%20Brazil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colectao_digital.php?titulo=Recenseamento%BF%20Geral%20do%Brasil%201872%20Imp%EF%BF$Drio%20do%20Brazil&link=Imperio%20Brazil#)>. Acesso em 30/09/09.

¹⁵ Identificados nos arquivos do segundo Cartório de Areia, situado no Fórum Desembargador Aurélio de Figueiredo.

¹⁶ Inventários *post mortem* das décadas de 1860 e 1870. Areia, 2º Cartório de Ofício.

¹⁷ Inventário de Luzia Francisca dos Santos, 1875. 2º Cartório de Areia.

¹⁸ Inventário de D. Amélia Carolina da Franca Pessoa, 1873. 2º Cartório de Areia.

¹⁹ Inventário de Domingos José de Sá Alcoforado, 1865. 2º Cartório de Areia.

²⁰ Inventário de Francisco Xavier de Mello, 1874. 2º Cartório de Areia.

²¹ Lei Eusébio de Queirós, 1850. Ver Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas (1823-1888). Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1988.

²² MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²³ Inventário de Ana Maria de Jesus, 1871. 2º Cartório de Areia.

²⁴ THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas-SP: UNICAMP, 2001. P. 185 a 201.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Aurélio de. Areia, cidade eterna. IN: Revista do IHGP. N.º 4. 1984. P. 51-60.

ALMEIDA, Elpídio de. Areia e a abolição da escravatura: O apostolado de Manuel da Silva. Recife: Jornal do Comércio, 1946.

_____. Fragmentos da História de Areia. In Revista do IHGP: João Pessoa. N.º. 79, 1937, p. 9-14.

ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia: memórias de um município. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

_____. História da Paraíba. Tomo II João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

CAVALCANTI FILHO, Ivan e MOURA, Jose Eduardo de. O patrimônio ambiental urbano de Areia: preposições de preservação e revitalização. João Pessoa: Idéia, 2003.

MACEDO, Elder A. de M. Fontes judiciais do Seridó potiguar sobre a escravidão e suas possibilidades de pesquisa. Justiça e História. Vol. 4 – n.8, 2004. p.27 – 53.

FIUZA, Alexandre Felipe. et ali. Uma História de Areia. João Pessoa: UFPB, 1998.

GALLIZA, Diana Soares de. O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. Joaquim da Silva: um ilustrado do Império. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. IN: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. P. 43 a 179.

LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17 – 35, dez. 2008.

LIMA, Luciano Mendonça de. Cativos da “Rainha da Borborema”: uma História Social da Escravidão em Campina Grande – século XIX. Recife: UFPE, 2008. Tese de Doutorado.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELLO, José O. de Arruda. História da Paraíba: lutas e resistências. João Pessoa: A União, 1994. P. 126 a 129.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.